
Sob o eco dos quilombos: o compromisso das mídias negras com o jornalismo antirracista¹

Alice Oliveira de ANDRADE²

Maria do Socorro Furtado VELOSO³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

RESUMO

Analisa-se as mídias negras brasileiras, cujo objetivo central é produzir comunicação comprometida com a agenda antirracista. Com base teórica que contempla questões étnico-raciais e da comunicação, propõe-se uma abordagem metodológica chamada aqui de aquilombamento virtual midiático, visando a compreensão desses grupos insurgentes. As contribuições de autores incluem Borges (2019;2020), Pinto (2010), Sodré (2014), hooks (2019) e Nascimento (2019). Conclui-se que as atuais mídias negras são herdeiras dos quilombos, das revoltas coloniais e da imprensa negra, e enxergam a comunicação como potente ferramenta de combate ao racismo. Nas mídias negras, não apenas o corpo se transforma em pauta, mas o foro individual postula referenciais coletivos que se aquilombam na busca por novas matrizes de visibilidade na cadeia comunicativa.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos da mídia; Mídias negras; jornalismo antirracista; aquilombamento virtual midiático.

INTRODUÇÃO

O percurso trilhado neste artigo nos leva a pensar sobre as mídias negras brasileiras como espaços de produção de uma comunicação comprometida com a luta antirracista e com a construção de novas visualidades acerca de corpos racializados. Esses grupos têm como inspiração a resistência dos quilombos, das revoltas insurgentes no período colonial e da imprensa negra. Se a comunicação é a partilha social do comum (SODRÉ, 2014) e a raça um elemento estruturante da sociedade (ALMEIDA, 2018), é

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN). Jornalista. Integrante do grupo de pesquisa PRAGMA - Pragmática da Comunicação e da Mídia: teorias, linguagens, indústrias culturais e cidadania (UFRN/CNPq). E-mail: aliceandrade@live.com

³ Professora associada do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Jornalista. Integrante do grupo de pesquisa PRAGMA - Pragmática da Comunicação e da Mídia: teorias, linguagens, indústrias culturais e cidadania (UFRN/CNPq). E-mail: socorroveloso@uol.com.br

preciso pensar caminhos possíveis para as práticas comunicacionais enquanto canais das subjetividades étnico-raciais.

No contexto brasileiro, analisar essas questões pressupõe colocar em discussão os regimes de visibilidade produzidos pelo colonialismo e pela colonialidade, em um panorama que se desdobra desde o período da escravização. Para Mbembe (2018, p.21), o conceito de raça foi articulado pela colonização como um dispositivo de controle que ultrapassa os critérios biológicos e se coloca em um contexto biopolítico, visto que no sistema escravista perdia-se o lar, os direitos sobre si mesmo e o estatuto político. Em síntese, forjou-se um modo de dominação que retirou de pessoas negras o direito à própria condição de humanidade.

Borges (2019b) explica que cada período histórico apresenta configurações estéticas, sociais, éticas e políticas que moldam as relações e modos de expressão. Segundo a autora, no século XXI as configurações de tais regimes têm sido marcadas por tensões e peculiaridades na ordem do imaginário, na qual a ideia de visibilidade ocupa um lugar central de reivindicação. Em consonância, Moura (2019, p.53) observa que este século tem sido construído a partir do “privilegio branco e da estrutura semiótica a ele associada para a manutenção do poder e da opressão”.

A mídia hegemônica, ao construir imagens e discursos, muitas vezes tonifica as formas de violência simbólica contra a população negra. A construção de estereótipos sobre pessoas racializadas apresenta ao imaginário coletivo regimes de visibilidade muitas vezes pejorativos, contribuindo para a invisibilização desses sujeitos e a incorporação de parâmetros ocidentais e eurocêntricos como universais. Fanon (2008, p.30) já alertava: "aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco".

Tem se observado no Brasil, todavia, o surgimento de grupos compostos por pessoas racializadas que reivindicam lugares de fala distantes da precarização e da marginalização imposta pelos padrões hegemônicos. No contexto do movimento negro brasileiro, as mídias negras articulam um cenário no qual a comunicação – principalmente em âmbito digital – é entendida como uma ferramenta de resistência e reconstrução das narrativas. O que está em disputa nessas mídias não é apenas o direito à expressão a partir do domínio técnico. É, principalmente, pelo modo como se fala e pelo conteúdo subjetivo moldado nas vivências e na história de um povo que tem a luta como modo de vida desde que foi sequestrado das terras de seus ancestrais para este lugar das Américas.

Objetiva-se, por conseguinte, deter o olhar sobre as mídias negras brasileiras visando compreender seu compromisso com a produção de um jornalismo antirracista. Nosso percurso metodológico passa pela pesquisa bibliográfica, tendo como perspectiva teórica as discussões sobre questões étnico-raciais e da comunicação, e pela abordagem do que chamamos de quilombamento virtual midiático.

BREVE HISTÓRICO DA RESISTÊNCIA NEGRA NO BRASIL: DOS QUILOMBOS ÀS MÍDIAS DIGITAIS

Os quilombos são raiz fecunda das atuais mídias negras brasileiras. Isso porque os lastros de insubordinação deixados pelos escravizados às investidas coloniais transformaram-se, ao longo do tempo, em estratégias de negação ao racismo e às múltiplas formas de violência sofridas pelos povos negros no Brasil.

Ao estudar o lugar da mulher negra na sociedade brasileira sob um ponto de vista histórico, Lélia González (2018) identifica duas dimensões: a trabalhadora do eito e a mucama. A primeira trabalhava diretamente na sustentação econômica -nas lavouras, por exemplo -, enquanto à segunda cabia o papel de manter o andamento da casa-grande por meio dos serviços domésticos e de criação das crianças brancas. Para ambas, muitas vezes o silenciamento era estabelecido como coerção, mas outras vezes era uma escolha das próprias mulheres como forma de resistência. “(...) A ausência da comunicação verbal revela, paradoxalmente, processos de comunicação. No silêncio, fazem gestos e observam outros tantos” (BARBOSA, 2016, p.30). Quando não questionavam a própria condição, elas e seus filhos poderiam ser poupados dos castigos e da morte.

Entre as violentas formas de apagamento advindas do colonialismo, e também entendidas como modos de silenciamento, a “máscara” foi uma ferramenta de metal utilizada pelos senhores de engenho para prender a língua e o maxilar de africanas e africanos escravizados, a fim de impedir que comessem alimentos retirados das plantações durante o trabalho forçado. Considera-se que esta foi uma das principais ações coloniais para o silenciamento desses povos, pois ao mesmo tempo que torturava, também impedia a expressão, a enunciação de ideias e a contestação (KILOMBA, 2019, p.33).

No racismo praticado por sociedades contemporâneas, a negação ao direito à fala é uma das formas de legitimar violências contra a história, memória e a humanidade de pessoas negras, uma vez que falar é delinear a própria existência enquanto ser social. É por essa razão que povos não-brancos foram submetidos a processos de silenciamento ao

longo do tempo, como a máscara, que embora não exista mais enquanto artefato, simbolicamente se manifesta quando há interdição da fala de pessoas racializadas que buscam se expressar. Isso acontece também através de discursos simbólicos e de imagens produzidas cotidianamente e historicamente para oprimir, diminuir e subalternizar, como nos alerta hooks (2019):

Uma cultura de dominação exige a autonegação de todos os seus cidadãos. Quanto mais marginalizados, mais intensa a demanda. Uma vez que as pessoas negras, especialmente as mais pobres, são bombardeadas por mensagens de que não temos valor, de que não somos importantes, não é de surpreender que caiamos na armadilha do desespero niilista ou nas formas de vício que fornecem um escape momentâneo (HOOKS, 2019, p.62).

Apesar das crueldades que lastreiam o processo histórico de escravização e da posterior colonialidade que se desdobra em rastros de racismo e desigualdade hoje, diagnosticar a violência desse período não deve ser o único modo de olhar para as pessoas negras no Brasil, sob o risco de se produzir outros tipos de exclusão. Deve-se, além disso, salientar as ações empreendidas pelos negros escravizados para resistir aos domínios coloniais (BARBOSA, 2016, p. 23). Entre as estratégias de contraposição ao colonialismo, os quilombos aparecem como “a unidade básica de resistência do escravo” (MOURA, 2020, p.159). Tratavam-se de espaços autossustentáveis, geralmente localizados perto de rios, criados por negros e negras escravizados que fugiam das fazendas e engenhos. Embora compostos em sua maioria por negros, também acolhiam indígenas e camponeses brancos. Devido à potência da união desses indivíduos em busca de sobrevivência, emancipação e liberdade, os quilombos constantemente preocupavam autoridades por ameaçarem a dominação hegemônica.

Dos movimentos quilombolas insurgentes contra a escravidão, o mais estudado e conhecido é Palmares, localizado em Alagoas, e que se manteve ativo durante 65 anos, no período colonial. Palmares subsistia da agricultura e produção de cerâmica, além de ter sido marcado pela organização política e desenvolvimento de um sistema defensivo eficaz.

Os quilombos desafiavam as relações sociais instituídas pelo colonialismo, pois se apresentavam como espaços de insurgência contra as múltiplas formas de poder. Segundo Foucault (1995, p.234), uma economia do poder “consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida”. Nessa linha, Mbembe (2018) pontua que decidir quem pode viver e quem deve morrer constitui os

atributos fundamentais da soberania. A delimitação de quem pode falar e quem deve calar, da mesma maneira, constituiu a ordem colonial que submeteu grupos racializados ao lugar de controle.

Apesar de o episódio da Abolição, em maio de 1888, ter formalmente tornado a escravidão extinta no Brasil enquanto modelo econômico, o racismo seguiu existindo e se reinventando como traço estruturante da colonialidade. A luta de povos negros seguiu ainda no período conhecido como pós-abolicionista, através de estratégias comprometidas com a liberdade e com os direitos de pessoas negras no país, entre elas os modos de comunicação.

Pinto (2006) defende que bilhetes manuscritos contribuíram para a comunicação entre os escravizados com vistas à organização da Revolta dos Búzios (1798), na Bahia, sendo considerados um ponto fundamental nos estudos da imprensa negra no Brasil. É importante salientar que aquelas ações ocorreram antes da instalação da imprensa oficial no Brasil, em 1808. Já nos séculos XIX e XX, localizam-se, de forma mais concentrada, experiências de grupos organizados em veículos de imprensa negra, conduzidos por pessoas racializadas já fora da condição de cativos (PINTO, 2010, p.15). Segundo Santos (2011), a imprensa negra:

É uma expressão-conceito que atualmente abarca uma infinidade de publicações, não mais restritas aos meios impressos, mas que se diluem em aparelhos eletrônicos e se reproduzem através de sinais digitalizados. A principal identificação que une essa diversidade dos meios de comunicação é estar voltada para as reivindicações da população negra e ser produzida por pessoas que se identificam com esse meio (SANTOS, 2011, p.158).

O primeiro jornal da imprensa negra foi o *O Mulato/Homem de Cor*⁴, em 1833. Foram cinco edições que circularam no Rio de Janeiro, então capital do Império. O periódico buscava trazer o debate racial para o centro das discussões e questionar as desigualdades entre brancos e pretos em um contexto histórico no qual os indivíduos racializados foram "libertos" sem nenhuma garantia de incorporação social ou cidadã. Outros jornais importantes lançados no mesmo ano foram *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *o Lafuente*.

⁴ A primeira edição de *O Homem de Côr* (RJ) está catalogada no acervo digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=701815&pagfis=1>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

Pinheiro (2019, p.60) ressalta que embora já fossem alforriados, os negros letrados que escreviam para esses periódicos questionavam o tratamento recebido pelo Império, utilizando a comunicação como modo de reivindicação de direitos garantidos pela Constituição de 1824. Ao realizar um levantamento histórico da imprensa negra no Brasil, o autor identificou três fases: I) Imprensa negra no século XIX, com o surgimento do primeiro jornal; II) As associações e grupos organizados dos homens de cor, concentrada principalmente em São Paulo e cujos veículos eram produzidos por grupos que produziam os próprios jornais; 3) Imprensa negra no processo de abertura política e na década de 1990, caracterizada pela organização política de grupos negros e a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU).

Durante a terceira fase, na Ditadura Militar (1964-1985), os periódicos da imprensa negra sofreram atos repressivos por adotarem as posições do Movimento Negro Unificado (MNU), como a negação ao mito da democracia racial e a busca por estratégias antirracistas para a sociedade brasileira (LIMA JÚNIOR, 2009, p.19). Nos dias atuais, os coletivos negros que produzem comunicação antirracista se autodeclaram **mídias negras**. Para Pinheiro (2019, p.165), esse conceito pode ser entendido como "meios de comunicação produzidos e gerenciados por pessoas negras com ênfase neste marcador sociocultural e que têm como intuito a luta contra o racismo em suas diversas instâncias sociais e políticas".

Aqui, entende-se as mídias negras digitais como iniciativas insurgentes nas plataformas digitais que enxergam a comunicação como potente ferramenta da luta antirracista. Fazem parte de um projeto coletivo que busca a reconstrução de visibilidades e narrativas sobre pessoas negras, o enegrecimento das pautas e agendas jornalísticas, a ruptura com a história única (ADICHIE, 2019) e o combate às múltiplas formas de opressão, como o sexismo, o racismo, a LGBTQIAP+fobia e as desigualdades de classe.

O elo que une a formação dos quilombos, o surgimento da imprensa negra e das mídias negras no Brasil é a resistência ao colonialismo e à colonialidade que articulam, em diferentes momentos históricos, o silenciamento de grupos racializados. A busca pela autossuficiência nas práticas comunicativas também surge de uma lacuna deixada pelos veículos de comunicação hegemônicos, que reproduzem imagens fixas pejorativas sobre pessoas negras enquanto abafa vozes que querem reconstruir a própria história. Trata-se, nos termos de hooks (2019, p.47), da prática da “cultura negra de resistência”.

Herdeiras dos quilombos, das revoltas coloniais e da imprensa negra, as atuais mídias negras digitais estão inseridas em um panorama de recrudescimento do racismo e de outras desigualdades interseccionais, como gênero e classe. Esses grupos constroem um cenário que tem o aquilombamento como principal regime de visibilidade, enxergando nos corpos, na ancestralidade e na subjetividade instrumentos políticos de emancipação através da comunicação. Aquilombar é colocar em prática o mote dos quilombos: é unir para resistir. É comunicar junto.

Pensar a comunicação a partir de questões étnico-raciais é compreendê-la enquanto parte incontornável de um movimento de insurreição secular que vai de encontro às matrizes de dominação e às estruturas hegemônicas de poder. As mídias negras brasileiras reconhecem o comunicar como direito humano constitucional e produzem novos discursos, visibilidades, imaginários e dimensões estéticas. São construções colaborativas nas quais as subjetividades e vivências de cada pessoa negra podem ser traduzidas pela voz coletiva, visando transformar realidades e reconstruir as próprias histórias.

AQUILOMBAMENTO VIRTUAL MUDIÁTICO E JORNALISMO ANTIRRACISTA

A partir de Borges (2019a, p.18), entende-se que as categorias de raça e racismo renovam as práticas midiáticas, pois questionam as diversas facetas da comunicação e suas enunciações tantas vezes subalternizantes. Fanon (2008) já analisava os efeitos psíquicos individuais e coletivos causados pelo racismo nas vidas de pessoas negras. Os parâmetros criados pelo colonialismo - ocidentais, positivistas, brancos, eurocêntricos, masculinos, cisgênero, heterossexuais e cristãos – oferecem ao mundo a universalização da imagem dos colonizadores, levando para um lugar de inexistência, invalidação e não-aceitação tudo aquilo que é diferente.

Adichie (2019) problematizou o perigo que narrativas pré-estabelecidas acerca de pessoas negras representam na criação de ideias racistas e intolerantes. A autora advoga pelo enfrentamento ao olhar colonial com o intuito de contestar estereótipos historicamente construídos. Para contrapor os lastros de colonialidade impostos, um movimento decolonial envolve a incorporação de saberes tradicionais e populares ao saber científico.

Do ponto de vista do jornalismo, o decolonial instrumentaliza as indignações e opera contradiscursos que subvertem a ordem hegemônica, trazendo uma multiplicidade de vozes e elementos marcados pela subjetividade e ancestralidade.

As mídias negras digitais operam em contraposição a um modelo econômico de comunicação midiática capitalista e globalizado, nos quais as empresas virtualizam a ideia de “real” e naturalizam esses padrões como fonte do bem-estar humano (SODRÉ, 2014, p.56). Em outras palavras, as mídias corporativas colaboram na formação de uma infraestrutura cognitiva a respeito de determinados grupos sociais. Essas lógicas, além de incentivarem a retroalimentação de discursos estereotipados, aportam privilégios estabelecidos há séculos, quando a colonização de corpos e territórios passou também a representar a colonização de ideias.

As tecnologias da informação e da comunicação produzem novas racionalidades na sociedade, em especial por serem mediadas pela virtualidade (SODRÉ, 2014). Se por um lado Wallerstein (2007, p. 27) mostra que o universalismo europeu instituiu um sistema-mundo que deve ser tido como universal e que é responsável por modos de colonização do campo das ideias, por outro aponta que é preciso construir uma alternativa real ao estrato dominante. É nesse contexto de contradiscursos e empreendimentos decoloniais que surgem as atuais mídias negras, agora no ambiente virtualizado.

Grupos sociais subalternizados têm tecido políticas transgressoras que vão de encontro às matrizes de dominação, que seguem operando devido à colonialidade. De acordo com Bueno (2020, p.34), matrizes de dominação são a "forma com que as opressões se desenvolvem e também na maneira com que as mesmas se articulam mutuamente a partir de uma organização social que fortalece os sistemas de dominação que estruturam o poder hegemônico".

Nesse contexto, inserem-se as mídias negras digitais, que buscam subverter as matrizes de dominação coloniais por meio das narrativas que se contrapõem ao discurso da mídia hegemônica e pelo comprometimento com a agenda antirracista. Em pesquisa doutoral em andamento, desenvolve-se a ideia do **aquilombamento virtual midiático** (AVM) como chave metodológica para enxergar e interpretar esse cenário.

Esta proposta parte de três bases conceituais: o *bios virtual* (SODRÉ, 2002), que estabelece a existência de uma esfera existencial formada pela virtualização da sociedade contemporânea; o *quilombismo* (NASCIMENTO, 2019), uma proposta teórica que identifica na organização coletiva, solidariedade, união e partilha dos povos quilombolas

como uma formulação política para se pensar estratégias de emancipação dos povos negros no Brasil; e o conceito de *quilombo* (NASCIMENTO, 2008) que se trata de um espaço de resistência com forte aspecto político. A união dessas três perspectivas nos conduz ao que entendemos por aquilombamento virtual midiático, uma proposta afroperspectivista (NOGUERA, 2014) que possibilita olhar para as mídias negras digitais a partir da ótica dos quilombos.

Enquanto abordagem, o aquilombamento virtual midiático parte de uma perspectiva interpretativa ao tratar os referenciais estudados. Como procedimento de coleta de dados e análise, trabalha-se com o estudo de caso aliado às estratégias da entrevista, análise documental e mapeamento das iniciativas.

Sob o olhar do AVM, interessa identificar e analisar experiências em comunicação insurgente autodeclaradas como mídias negras brasileiras. O ponto de partida foi o Mapa da Mídia Negra no Brasil⁵, dos qual foram selecionados aqueles declarados como grupos midiáticos jornalísticos. Desse recorte empírico chegou-se a seis portais de mídia negra: Alma Preta Jornalismo⁶, Notícia Preta⁷, Site Mundo Negro⁸, Geledés⁹, Revista Afirmativa¹⁰ e Portal Negrê¹¹.

O pressuposto de um **jornalismo antirracista** inclui o compromisso dos sites jornalísticos de mídia negra de romper com a lógica colonial do racismo estrutural - mas também de outras formas de opressão - e de ampliar a visibilização das subjetividades negras. Envolve, ainda, o levante de pautas étnico-raciais, a promoção da diversidade racial e de gênero, a provocação de políticas públicas que garantam os direitos dos povos negros no Brasil e a instrumentalização da comunicação enquanto prática de enfrentamento ao racismo.

Nos sites de mídias negras relacionados acima, esse compromisso pode ser verificado ainda nas seções *Sobre/Quem somos* de cada portal, de acordo com o quadro a seguir:

⁵ Mapeamento desenvolvido pelo Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR). Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

⁶ Portal de notícias Alma Preta. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

⁷ Portal de notícias Notícia Preta. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

⁸ Site Mundo Negro. Disponível em: <<https://mundonegro.inf.br/>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

⁹ Portal Geledés. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

¹⁰ Revista Afirmativa. Disponível em: <<https://revistaafirmativa.com.br/>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

¹¹ Portal Negrê. Disponível em: <<https://negre.com.br/>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

Quadro 1. Autodeclaração das mídias negras em seção de apresentação

Mídia negra	Apresentação	Fonte
Alma Preta Jornalismo	“A Alma Preta é uma agência de jornalismo especializada na temática racial. Nosso objetivo é construir um novo formato de gestão de processos, pessoas e recursos através do jornalismo qualificado e independente”.	https://almapreta.com/quem-somos
Geledés	“É também um espaço onde celebramos a contribuição de africanos/as, negros/as e/ou afrodescendentes, nas mais variadas modalidades de expressões culturais, entendendo que as culturas africanas e afrodescendentes compõe o patrimônio cultural de africanos/as e afrodescendentes de qualquer lugar do mundo. No Portal expressamos o orgulho que temos de nosso pertencimento, às lutas empreendidas por homens e mulheres africanas e afrodescendentes, do passado e do presente, em incansável busca pela realização de seus sonhos de liberdade e igualdade.”	https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/
Mundo Negro	“O Mundo Negro é um portal de notícias voltado para comunidade negra brasileira e demais etnias que se interessem pelos assuntos relacionados à cultura e ao cotidiano dos negros no Brasil e no mundo”.	https://mundonegro.inf.br/sobre-nos/
Notícia Preta	“O Notícia Preta é um jornal antirracista que acredita na comunicação como uma ferramenta de não reprodução de preconceitos e estereótipos, estigmatizantes ou pejorativos em relação à população negra na imprensa (...) Fazer jornalismo antirracista é, sobretudo, uma ação educativa pois, reforça a importância do respeito entre as pessoas e reduz os casos de preconceito”.	https://noticiapreta.com.br/sobre/
Portal Negrê	“Negrê tem como lema unir modos de ver, ser, sentir e escrever sobre questões raciais. Nosso portal de notícias e mídia preta nordestina amplifica vozes negras e seus múltiplos olhares, pois somos pretos nordestinos e bem diversos. O Negrê tem como princípio um jornalismo ancestral, antirracista e descolonizador. Nosso compromisso é de contribuir na luta contra a colonização, o racismo, a xenofobia e as demais opressões marcadas na sociedade brasileira, na imprensa e no mundo, enquanto agente catalisador de debates essenciais”.	https://negre.com.br/sobre/
Revista Afirmativa	“A Revista Afirmativa é um veículo multimídia de mídia negra. Rompemos com o discurso de pretensa imparcialidade pregado pela grande mídia, tradicionalmente racista, machista e heteronormativa, e já no slogan declaramos nosso lugar de fala: Somos nós, falando de nós, para todo mundo. Todo veículo de comunicação possui orientações políticas, negar este fato faz	https://revistaafirmativa.com.br/quem-somos/

	parte das estratégias dos veículos conservadores pela manutenção dos poderes que representam”.	
--	--	--

Fonte: autoria própria, com base nos sites citados

Ao se apresentarem ao público, as mídias negras digitais salientam a valorização dos povos negros na construção de narrativas que visam romper o imaginário coletivo colonial. Como resultado de um sistema historicamente racista, vozes negras têm sido desqualificadas em distintos espaços por meio de uma ordem violenta que coloca indivíduos racializados em lugar de “outridade” (KILOMBA, 2019, p.51). No âmbito midiático, essa situação é sublinhada com a criação de estereótipos, falta de representatividade e unicidade de vozes hegemônicas.

De fato, com frequência, brancos que compõem a mídia hegemônica projetam em corpos negros uma narrativa sexual advinda do século XIX e que, ainda hoje, molda percepções e imaginários (HOOKS, 2019, p. 130-131). González (1984) já analisava a figura da mulata como a sexualização da imagem negra feminina cultivada em território nacional e exportada a países estrangeiros. Quando isso não acontece, remete-se à ideia da “mãe preta” para transmitir passividade e indolência. Já o corpo negro masculino, ora hiper-sexualizado, ora subalternizado ao lugar do “bandido”, “marginal” ou “ladrão”, compõe também um espectro de imagens de controle (COLLINS, 2016) que reduzem a realidade e embasam ideias racistas de que pessoas negras são objetificáveis.

Ao comprometer-se com práticas que vão de encontro a essa lógica, as mídias negras digitais propõem um modelo de comunicação que rotaciona a subalternização e dá lugar a narrativas que elaboram novas lógicas, estéticas e poéticas. Levando em consideração que "(...) a força da expressão conceitual, experiência estética reside na dimensão relacional e articulada aos aspectos simbólicos, políticos e culturais, em suas respectivas materialidades" (CARDOSO FILHO; GUTMANN, 2019, p.105), essas práticas também representam posturas político-culturais de agentes negros que utilizam instrumentos históricos e discursivos para subverter a negação do corpo negro fundada em uma colonialidade branca. Em síntese, nesses espaços, a presença negra sinaliza "outros regimes de visibilidade, tomando o corpo como mecanismo de instituição de modos variados de existência" (BORGES, 2020, p. 42).

O reforço à subjetividade discursiva e o resgate das vivências e da ancestralidade negra, como pode ser visto nos discursos de apresentação das mídias negras, são fatores presentes no compromisso assumido por esses coletivos. Assim, nota-se que as

escrevivências, conceito forjado por Conceição Evaristo (2020) no âmbito da literatura, aparecem como característica inerente da produção jornalística antirracista, pois dão lugar à apreensão do mundo através de um olhar individual que se coletiviza. Os jornalistas das mídias negras digitais escrevem para existir, para resistir e para reexistir em um mundo diferente daquele lapidado pela colonialidade. Sobre isso, Evaristo questiona:

E o que seria escrever nesse mundo? O que escrever, como escrever, para que e para quem escrever? Escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação. É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida. Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha (EVARISTO, 2020, p.35)

Sob a perspectiva do aquilombamento virtual midiático, as mídias negras são pensadas como espaços de solidariedade e afetação. Quando a comunicação é antirracista, quem escreve/fotografa/filma/grava e quem lê/vê/assiste/escuta saem transformados desse processo. Essas práticas estão associadas ao acontecimento comunicacional, pois, segundo Marcondes Filho (2019), comunicar não é uma ação passiva, uma vez que mobiliza, desestabiliza, provoca: "A comunicação tem essa capacidade de não apenas ser absorvida, mas incorporada e tornar-se constituinte de um novo momento de nossa própria identidade" (MARCONDES FILHO, 2019, p.19).

A comunicação a serviço de uma sociedade mais justa e menos racista mobiliza as mídias negras cotidianamente. O eco dos quilombos segue ressoando resistência em cada produção midiática dos jornalistas antirracistas que entendem seu espaço profissional como ato político. Afinal, a insubmissão é modo de vida de pessoas negras no Brasil há quatro séculos, desde que foram trazidas em diáspora. Insurgências, revoltas, rebeliões, articulações políticas, quilombos e, recentemente, as mídias negras digitais, são alguns exemplos do constante enfrentamento negro à escravização de seus corpos e mentes.

Mesmo com a submissão e os silenciamento historicamente impostos, a passividade jamais nos foi uma característica. Para o pesquisador Abdias Nascimento, urge a necessidade do resgate de memórias históricas do povo brasileiro, pois "a memória dos afro-brasileiros, muito ao contrário do que afirmam aqueles historiadores convencionais de visão curta e superficial entendimento, não se inicia com o tráfico de

escravos” (2019, p.273). Há novas histórias a serem escritas e as mídias negras operam formas de abrir frentes e caminhos para a palavra passar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista sociopolítico, pensar a comunicação no Brasil implica pensar também as questões étnico-raciais. Em um país estruturalmente racista e construído sob bases coloniais, as análises midiáticas que dão conta das práticas sociais devem considerar os modos como a mídia tem elaborado a ideia de raça em seus produtos e processos.

É por essa razão que algumas iniciativas surgem – e, mais ainda, insurgem – como uma reconstrução do campo semântico quanto à identidade e cultura negra. São espaços de produção de conteúdo jornalístico e disseminação de informações que se somam à paisagem midiática contra-hegemônica para reconstruir as experiências sociais e geopolíticas da população negra no Brasil. O estudo das mídias negras, a partir da chave metodológica do aquilombamento virtual midiático, revela que o ambiente digital também se tornou um espaço no qual o povo negro pode se aquilombar e desenvolver narrativas que visam expressar suas subjetividades individuais e coletivas.

A união do povo negro é uma necessidade histórica secular. Mesmo após a abolição, o lugar de "liberdade" oferecido pela matriz colonial não se diferenciava da tentativa de eliminação de corpos que manchavam a paisagem social brasileira, visto que perderam a "utilidade", a "subserviência". Os quilombos foram, além de um ambiente físico, um modo de vida que simboliza a luta pela liberdade. Aquilombar-se é uma forma de existência que agrega a reconexão com a ancestralidade e o desenvolvimento de ambiências interacionais que propiciem a subsistência dessas pessoas autonomamente.

É por isso que, ainda hoje, a união dos povos negros é uma estratégia contemporânea com inspirações históricas. O racismo que estrutura os valores sociais é subsídio para a criação de estereótipos e discriminações que acarretam em apagamento, violência e morte de negros. A convivência com essas questões na cotidianidade faz com que surjam modos contemporâneos de resistência e continuidade das lutas do povo afrobrasileiro, ressignificando a existência das comunidades quilombolas.

O aquilombamento virtual midiático propõe um outro modo de olhar para o campo das mídias negras no Brasil. A partir da observação dessas iniciativas, empreendida como parte de pesquisa doutoral em andamento, entendemos que as narrativas midiáticas construídas nesses espaços contribuem para a desconstrução da história única sobre os

povos negros brasileiros, especialmente devido às estratégias de aquilombamento em sites próprios e em redes sociais na internet. Por conseguinte, para a efetividade da luta antirracista, é preciso instituir o direito ao espaço midiático dos povos negros, não em um lugar de estereótipo ou desumanização, mas sim de ativismo, inclusão e protagonismo.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARBOSA, Marialva. **Escravos e o mundo da comunicação: oralidade, leitura e escrita no século XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

BORGES, Rosane. Mídias, racismos e outras formas de destituição: elementos para o reposicionamento do campo da comunicação. In: GUIMARÃES, Laura (Org.). In: GUIMARÃES, Laura (Org.). **Vozes negras em comunicação: mídia, racismos, resistências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019a.

BORGES, Rosane. Das perspectivas que inauguram novas visadas. In: HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019b.

BORGES, Rosane. O papel das mídias negras na implosão de imaginários. In: **Mapeamento da mídia negra no Brasil**. Fórum Permanente Pela Igualdade Racial (Fopir), 2020. Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf> Acesso em: 07 ago. 2020.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CARDOSO FILHO, Jorge Cunha; GUTMANN, Juliana Freire. **Performances como expressões da experiência estética: modos de apreensão e mecanismos operativos**. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 47, p. 104-120, 2019. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/81918/53002>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Spcoedade e Estado, v.31, n.1, p.99-127, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922016000100099&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 08 ago. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA JUNIOR, Ariovaldo. **Jornal Ìrohìn: estudo de caso sobre a relevância educativa do papel da imprensa negra no combate ao racismo (1996-2006)**. 123f. São Paulo: USP, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2009.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A Questão da Comunicação**. PAULUS: Revista De Comunicação da FAPCOM, v. 3, n. 5, p.17-26, 2019. Disponível em: <<https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/87>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, políticas de morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOURA, Maria Aparecida. Semioses decoloniais: afrofuturismo, performance e o colapso do privilégio branco. In: GUIMARÃES, Laura (Org.). **Vozes negras em comunicação: mídia, racismos, resistências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

PINHEIRO, Jonas de Jesus. **Alma preta e Afirmativa: experiências contemporâneas de mídias negras na luta contra o racismo**. 176f. Bahia, 2019. Dissertação – Mestrado em Comunicação. Centro de Artes, Humanidades e Letras: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura à tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899)**. 197 f. Brasília: UNB, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SANTOS, José Antônio dos. **Uma Arqueologia dos Jornais Negros no Brasil**. Revista Historiæ, v.2, n.3, p.143-160, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2615>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.